

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Fogo no circo

• Primeiro, foi uma fumacinha, captada imperfeitamente pela gravação do procurador Luís Francisco. O senador Antonio Carlos Magalhães teria cometido uma grave indiscrição, dizendo conhecer o voto da senadora Heloísa Helena a favor do ex-senador Luiz Estevão no processo de cassação. Teria a lista da votação secreta. A perícia da Unicamp constatou a violação do painel do Senado.

As chamadas cresceram com dois focos: o depoimento de Regina Borges, ex-diretora do Prodasen, serviço de processamento de dados do Senado, que revelou em detalhes como forneceu a lista de votos, a pedido, segundo ela, do senador José Roberto Arruda, líder do governo, que declarou falar em nome de Antonio Carlos. À noite, o então presidente do Senado teria telefonado para sua casa, agradecendo o regalo.

Heloísa nega, de pés juntos, ter votado a favor de Estevão. Em posição defensiva, disse que seu voto a favor só poderia ser computado dessa forma caso algum senador tivesse roubado sua senha. Como a senha só é validada pela impressão digital do dono, a defesa prévia é canhestra. Arruda também nega, com veemência, ter feito qualquer pedido à funcionária. Antonio Carlos nega, com igual ênfase, ter pedido ou recebido a lista. Ou seja: ninguém confirma nada e só há palavra contra palavra. Em tempo de guerra, mentira é como terra, dizem.

A Comissão de Ética do Senado está diante de um caso comum na Sicília. Lá, o ideal das famílias mafiosas é cometer assassinatos sem cadáveres. Chamam isso de *lupara bianca*. *Lupara* é o nome da espingarda antigamente usada para caçar lobos, que, com o cano serrado, se torna um arma potentíssima a curta distância. *Bianca*, porque, executada a vítima, o corpo é dissolvido em ácido. O crime fica branco, por ausência de corpo de delito. Com as negativas dos senadores, falta a evidência material do crime, ainda que uma prova da ligação de Antonio Carlos para Regina possa ser obtida na empresa telefônica de Brasília. Mesmo assim, será uma prova frágil, caso um processo de cassação se origine do episódio.

Jader Barbalho respirou aliviado com o desvio dos holofotes da mídia para seu adversário. No entanto, as suas agruras não passaram. A Polícia Federal, numa inusitada e brilhante demonstração de eficiência, já conseguiu prender 18 dos 26 suspeitos de desvio de dinheiro na Sudam, além de arquivos e computadores. Um dos presos conseguiu, no meio da madrugada, um habeas-corpus libertador. Os outros, por enquanto, continuam atrás das grades, inclusive a ex-diretora financeira da Sudam, que trocou o serviço público

pela arregimentação de recursos do público. Essa senhora, Maria Auxiliadora Barra, montou um escritório que já conseguiu tirar perto de R\$ 250 milhões dos cofres da Sudam. O escritório funciona numa casa que, até 1998, pertencia a Jader. Foi preso ainda o megafraudador José Osmar Borges, ex-sócio de Jader. Os interrogatórios, as acarações, os documentos e a decifração da memória de computadores possivelmente fornecerão material às revistas semanais, que, nos últimos fins de semana, sempre compõem com novos documentos comprometedores referentes à fortuna do presidente do Senado. Com as possíveis revelações dessa ação policial, o fogaréu no Congresso cresce.

Outra fogueira foi a assinatura, por mais dois senadores do PMDB, do requerimento da CPI da Corrupção. Amir Lando disse que, quando em viagem, já mandara uma carta comprometendo-se a assinar. A assinatura de Casildo Maldaner é que foi inesperada. Casildo é um discreto camponês do Oeste de Santa Catarina, dissidente da moral homogênea da liderança do PMDB. É candidato à presidência do partido no estado, competindo com o deputado Edson Andrino, outro dissidente. Ao longo da campanha, as bases lhe têm cobrado a assinatura no requerimento da CPI. Agora, assinou.

A iniciativa passou para a Câmara, onde faltam 26 assinaturas. A tendência é que venham. É que o objeto sexual mais atraente para um deputado não é uma loura burra. É uma câmera de TV. Caso o Senado instaure sozinho a CPI, os deputados ficarão fora da mídia por, no mínimo, dois meses. Num ano pré-eleitoral, isso é tudo o que a Câmara não quer. Logo, é provável que a oposição recolha rapidamente as assinaturas que lhe faltam.

Resta saber se, colhidas as assinaturas, a CPI será aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Caso o seja, há dúvidas sobre se vai apurar alguma coisa. Entre outros motivos, porque o presidente será de um partido e o relator de outro, cada um querendo investigar um assunto. E ambos apóiam o governo, ao menos em tese.

Mas, mesmo com todas essas dúvidas, as labaredas do circo parlamentar crepitam.